

**17. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS
– 2016 - (LEI 73/2013, Nº. 2, ARTº. 76º, DE 3 DE SETEMBRO):**

Junto se remete para aprovação do Executivo Municipal e posterior apreciação da Assembleia Municipal, os documentos de prestação de contas consolidadas do Grupo Autárquico do Município de Braga de 2016, documento que aqui se dá como reproduzido e transcrito e vai ser arquivado em pasta anexa ao Livro de Atas depois de rubricado por todos os membros presentes na reunião.

PARECERES/INFORMAÇÕES

DESPACHOS/DELIBERAÇÕES

A ... do Excmo.

17/06/13

O Presidente da Câmara Municipal,


Ricardo Rio, Dr.

INFORMAÇÃO N.º: DPCG0014

DATA: 13/06/2017

ASSUNTO:

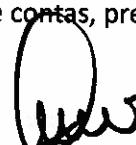
Relatório de Gestão e Contas Consolidadas de 2016

Exmo. Presidente da Câmara Municipal,

Em cumprimento do disposto artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, apresenta-se o Relatório de Contas Consolidadas de 2016, obrigatório para os municípios que detenham serviços municipalizados e ou participem no capital social de entidades do setor empresarial local.

Como nota prévia, sublinho o facto do Plano Oficial de Contas do Setor Público (POCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 232/97, de 3 de Setembro, não estabelecer os princípios e normas orientadoras subjacentes à consolidação de contas no âmbito do Setor Público.

Entretanto, foi publicada a Portaria nº 474/2010, de 1 de Julho, que aprova a orientação nº1/2010, "Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo", que estabelece um regime transitório em que "até à publicação de normas de consolidação de contas, previstas



nos planos sectoriais ou de norma única de consolidação de contas aplicável a todas as administrações públicas que compõem o sector público administrativo, devem ser observados os princípios de consolidação de contas estabelecidos” naquela portaria.

Pelo exposto, as contas consolidadas do grupo autárquico cumprem, para além as orientações estabelecidas no diploma identificado no parágrafo anterior, as instruções do SATAPOCAL, de 16 de maio de 2011.

Nos termos do disposto da mencionada portaria, e conforme estabelecido no ponto 5.2 da Orientação n.º 1/2010 (Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo), os documentos de prestação de contas consolidadas, incluem, para além das diversas demonstrações financeiras como balanço e a demonstração de resultados e o respetivo anexo, o relatório de gestão consolidado.

Face ao exposto, e de acordo com o n.º 2 do artigo 76º Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, propõe-se que o Exmo. Presidente profira decisão no sentido de encaminhar os mencionados documentos para aprovação da Câmara Municipal e posterior envio à Assembleia Municipal para apreciação.

À consideração superior,

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE, PLANEAMENTO E CONTROLO DE GESTÃO,



Sandro Louro



BRAGA
Município



**Relatório
de Contas
Consolidadas
2016**

Esta página ficou propositadamente em branco

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS CONSOLIDADAS 2016

Praça do Município
4700-435 Braga

www.cm-braga.pt
municipe@cm-braga.pt

Índice Geral

1.	NOTA PRÉVIA	6
2.	ENQUADRAMENTO LEGAL.....	8
3.	GRUPO PÚBLICO – MUNICÍPIO DE BRAGA	9
3.1.	TUB – Empresa de Transportes Urbanos de Braga, EM	9
3.2.	AGERE - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, EM	9
3.3.	BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação da Braga, E.M.	10
3.4.	Teatro Circo de Braga E.M., S.A.	10
3.5.	IB - Agência para a Dinamização Económica, E.M.	11
4.	ATIVIDADE DESENVOLVIDA – SÍNTESE GLOBAL.....	12
5.	ANÁLISE ECONÓMICA FINANCEIRA CONSOLIDADA.....	16
5.1.	Demonstração de Resultados Consolidados	16
5.1.1.	Análise da Estrutura dos Custos	17
5.1.2.	Análise da Estrutura dos Proveitos	19
5.2.	Análise da Estrutura do Balanço Consolidado.....	21
5.2.1.	Análise da Estrutura do Ativo Consolidado.....	21
5.2.2.	Análise da Estrutura do Passivo e Fundos Próprios Consolidado.....	23
5.3.	Indicadores de Análise	25
5.4.	Apuramento do nível de endividamento do grupo municipal	27
6.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	29
7.	ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	33
	I - Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas	33
	II - Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada.....	36
	III - Informações relativas aos procedimentos de consolidação.....	37
	IV - Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo	40
	V- Informações sobre saldos e fluxos financeiros.....	41
	VI- Informações relativas a compromissos.....	41
	VII- Informações relativas a políticas contabilísticas	42
	VIII – Informações relativas a determinadas rubricas.....	43

Índice de Ilustrações

Quadro 1 - Demonstração de Resultados Consolidados.....	16
Quadro 2 - Tabela de Variações Absolutas e Variações Relativas dos Custos Consolidados.....	17
Quadro 3 - Variações Absolutas e Variações Relativas dos Proveitos dos Proveitos Consolidados.....	19
Quadro 4 – Variação Absoluta e Variações Relativas do Ativo Consolidado	21
Quadro 5 – Variação Absoluta e Variação Relativa do Passivo e Fundos Próprios Consolidados....	23
Quadro 6 – Rácios de Liquidez.....	25
Quadro 7 – Rácios de Solvabilidade.....	26
Quadro 8 – Rácios de Endividamento.....	26
Quadro 9 - Número Médio de Trabalhadores ao Serviço, Durante o Exercício	35
 Figura 1- Comparativo da Estrutura de Custos Consolidados	 18
Figura 2 - Comparativo da Estrutura de Proveitos Consolidados	20
Figura 3 - Comparativo da Evolução do Ativo Consolidado	22
Figura 4 - Comparativo da Evolução dos Fundos Próprios e Passivo Consolidado.....	24

1. NOTA PRÉVIA

Nos últimos anos assistiu-se, em Portugal, a uma alteração de paradigma ao nível do desenvolvimento das atribuições e competências dos municípios, que, numa lógica de grupo municipal, passaram a recorrer a formas organizacionais diversas, nomeadamente de natureza empresarial. O Município de Braga não foi exceção e constituiu, ao longo dos últimos anos, cinco empresas municipais.

Por outro lado, com a reforma da Administração Financeira do Estado passaram a ter importância aspetos relacionada com a imagem verdadeira e apropriada da entidade e a disponibilização de informação sobre a situação orçamental e financeira e os seus resultados.

Assim, a consolidação de contas no sector público em geral, e nas autarquias locais em especial, surgiu como um elemento determinante para melhorar a informação contabilística prestada.

Numa lógica de Grupo Municipal, facilmente se compreende que a análise das contas individuais não permite uma visão global da situação financeira do grupo municipal. Atendendo à necessidade de avaliação integrada do conjunto das atividades desenvolvidas e à necessidade de objetividade e transparência da informação, a apresentação de contas consolidadas torna-se imperativa.

Assim, este documento de gestão tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto de entidades agora considerado, permitindo ainda o estabelecimento de contas únicas representativas da atividade global e da situação do conjunto de entidades ligadas por interesses comuns, permitindo uma análise e avaliação das políticas públicas locais.

Na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, doravante designado por RFALEI) prevê-se, no artigo 75.º, a obrigatoriedade de os Municípios, elaborarem contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

Deste modo, no sentido de avaliar de forma integrada o conjunto de atividades desenvolvidas foram incluídas no perímetro de consolidação do município as seguintes empresas:

- TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M.

- Agere - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M.
- BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação da Braga, E.M.
- Teatro Circo de Braga E.M., S.A.
- IB - Agência para a Dinamização Económica, E.M.

Como nota referencial, sublinhamos o facto do Plano Oficial de Contas do Setor Público (POCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 232/97, de 3 de Setembro, não estabelecer os princípios e normas orientadoras subjacentes à consolidação de contas no âmbito do Setor Público. Entretanto, foi publicada a Portaria nº 474/2010, de 1 de Julho, que aprova a orientação nº1/2010, “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”, que estabelece um regime transitório em que “até à publicação de normas de consolidação de contas, previstas nos planos sectoriais ou de norma única de consolidação de contas aplicável a todas as administrações públicas que compõem o sector público administrativo, devem ser observados os princípios de consolidação de contas estabelecidos” naquela portaria.

Pelo exposto, as contas consolidadas do grupo autárquico cumprem, para além as orientações estabelecidas no diploma identificado no parágrafo anterior, as instruções do SATAPOCAL, de 16 de maio de 2011.

Nos termos do disposto da mencionada portaria, e conforme estabelecido no ponto 5.2 da Orientação n.º 1/2010 (Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo), os documentos de prestação de contas consolidadas, incluem, para além das diversas demonstrações financeiras como balanço e a demonstração de resultados e o respetivo anexo, o relatório de gestão consolidado.

Assim, o relatório de gestão consolidado contém uma breve análise dos principais agregados, uma vez que a análise detalhada já consta das prestações de contas individuais.

Em relação à apresentação do Balanço e da Demonstração de Resultados consolidados, estes foram elaborados tendo por base o método de consolidação integral, para as entidades onde o município exerce controlo, e o Método de Equivalência Patrimonial para as entidades onde exerce influência significativa.

2. ENQUADRAMENTO LEGAL

O disposto presente no artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (REFAIL), prevê a obrigatoriedade de elaboração de Consolidação de Contas dos Municípios, Entidades Intermunicipais e Entidades Associativas com as entidades detidas ou participadas.

Prevê ainda, o mesmo artigo, a definição de grupo autárquico, sendo este composto pelo município, pelas entidades intermunicipais ou entidades associativas e pelas entidades controladas de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade com a finalidade de beneficiar das suas atividades.

O nº 5 do art.º 75º do REFAIL estipula ainda a existência de controlo quando se verifica, relativamente a outra entidade, pelo menos um dos seguintes indicadores de poder ou resultado:

- a) a faculdade de vetar orçamentos;
- b) a possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões dos órgãos de gestão;
- c) a detenção da titularidade dos ativos líquidos com direito de livre acesso a estes;
- d) a capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objetivos próprios;
- e) a assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos da outra entidade;

Ainda relacionado com a temática abordada, o disposto no n.º7 do art.º 75º do REFAIL, determina quais os documentos que devem fazer parte da prestação de contas consolidadas, compreendendo o relatório de gestão e as demonstrações financeiras abaixo indicadas:

- a) Balanço Consolidado;
- b) Demonstração de Resultados por Natureza Consolidada;
- c) Mapa de Fluxo de Caixa Consolidados e Operações Orçamentais;
- d) Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas, com principal foco na divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo da consolidação, o mapa de endividamento médio-longo prazo consolidado e o mapa da dívida bruta consolidada, decomposto por maturidade e natureza.

Em suma, e em concordância com os normativos em vigor designadamente o art.º 75º n.º 4 al. b) e a Lei n.º 50/2015, de 31 de Agosto as entidades que constituem o perímetro de Consolidação do Município de Braga podem classificar-se como entidades de Natureza Empresarial.

3. GRUPO PÚBLICO – MUNICÍPIO DE BRAGA

3.1. TUB – Empresa de Transportes Urbanos de Braga, EM

A empresa TUB – Empresa de Transportes Urbanos de Braga, E. M. (TUB/EM), capital social de 6.250.000,00 €, foi constituída como empresa pública municipal nos termos da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, em 10 de Dezembro de 1998, com capitais totalmente detidos pela Câmara Municipal de Braga, tendo sucedido aos Serviços Municipalizados de Transportes (TUB/SM), tendo por objeto principal a prestação de serviço público de transporte coletivo de passageiros na área do Município de Braga.

A sua missão é oferecer soluções de mobilidade e conforto na região, satisfazendo e surpreendendo expectativas dos parceiros envolvidos.

Tem como principais valores: Conforto e Acessibilidade; Informação e Partilha, Património e Tradição; Transparência e Pertença.

A sua Visão é ser reconhecida no domínio da mobilidade urbana integrada, como elemento distintivo na sociedade em termos de identidade coletiva.

A TUB conta atualmente com mais de 300 funcionários, com cerca de 152 viaturas, tendo, em 2016, transportado cerca de 11.168.196 passageiros, atingindo um volume de negócios (vendas e prestação de serviços) próximo dos 6 milhões de euros.

3.2. AGERE - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, EM

A Empresa Pública Municipal Agere - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, EM surgiu da transformação dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento, em Empresa Pública Municipal no dia 1 de Janeiro de 1999, com o objetivo de melhor servir todos os munícipes do concelho de Braga, quer estes sejam consumidores de água, utentes da rede pública de saneamento, ou utilizadores do serviço público de recolha do lixo.

O Município de Braga iniciou um processo de transformação da AGERE em empresa de capitais maioritariamente públicos, alienando 49% do seu capital. Para o efeito, lançou um concurso público

destinado a selecionar o parceiro privado que, em conjunto com a edilidade, explora a atividade de abastecimento público de água, saneamento e higiene e limpeza do município.

A AGERE-EM tem um capital social no valor de 39.000.000 € - C.R.C. Braga, detido a 100% pela Câmara Municipal de Braga até ao dia 22 de Abril de 2005. Neste dia foi efetuada a venda de 49% do capital social ao consórcio de empresas formado pela ABB, a DST e a BragaParques (GESWATER, SGPS).

A AGERE-EM conta atualmente com mais de 600 funcionários, com mais de 80.000 clientes e uma faturação mensal superior a 2.000.000 €.

3.3. BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação da Braga, E.M.

A empresa BRAGAHABIT – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M., capital social de €12 500 000, foi constituída como empresa pública municipal nos termos da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, em 21 de Junho de 1999, com capitais totalmente detidos pelo Município de Braga.

A Bragahabit tem como objeto social a promoção e gestão de imóveis de habitação social bem como a gestão de apoios ao arrendamento e a recuperação de habitação degradada, a prestação de serviços na área da educação e ação social.

A Bragahabit conta atualmente com mais de 30 funcionários, gerindo um parque habitacional constituído por 600 habitações e 14 lojas, tendo, em 2016, atingindo um volume de negócios (vendas e prestação de serviços) superior a 1 milhão de euros.

3.4. Teatro Circo de Braga E.M., S.A.

O Teatro Circo de Braga EM, SA, tem por objeto social a realização de atividades culturais, de acordo com os princípios e as orientações do Município de Braga, para a programação anual do Teatro. A empresa tem um capital social de € 500.000, totalmente detidos pelo Município de Braga.

A empresa conta atualmente com 29 colaboradores, tendo em 2016, realizado um conjunto de 385 atividades para um público total de 100.578 pessoas, tendo atingido um volume de negócios próximo dos 940 mil euros.

3.5. IB - Agência para a Dinamização Económica, E.M.

A empresa IB - Agência para a Dinamização Económica, E.M. (InvestBraga), com o capital social de 175 000,00 euros, foi constituída como empresa pública municipal, em resultado da transformação dos Serviços Municipalizados do Parque de Exposições de Braga, nos termos da Lei 58/98, de 18 de agosto, em 10 de dezembro de 1998, cujo capital social é detido a 100% pelo Município de Braga, assumindo, na altura a designação de PEB – Empresa Parque de Exposições de Braga – E. M.

Em 28 de fevereiro de 2014, a Assembleia Municipal de Braga aprova a mudança da designação social da empresa municipal PEB – Empresa Parque de Exposições de Braga – E. M. para IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M., resultando, posteriormente a alteração dos estatutos da empresa.

A InvestBraga tem como objeto principal a exploração de atividades de interesse geral e a promoção do desenvolvimento local e regional, por delegação da Câmara Municipal de Braga, através da prossecução de atividades com vista à dinamização económica da região de Braga, e de iniciativas que promovam a sua valorização, a internacionalização e a captação de investimentos nacionais ou estrangeiros.

Os objetivos estratégicos da InvestBraga são:

- a) atrair investimento para Braga, que mantenha e crie emprego;
- b) colocar Braga no radar nacional e internacional do investimento e do empreendedorismo, através do desenvolvimento e da promoção das vantagens competitivas e dos recursos do município;
- c) promover o desenvolvimento e a gestão de uma rede local que integre todos os agentes responsáveis pelo crescimento económico;
- d) atrair empresários e empreendedores nacionais e internacionais;
- e) tornar Braga um pólo atrativo e com um ambiente propício para o estabelecimento de investidores, empresários e Startups;
- f) fomentar a criação de Startups de base científica e tecnológica com elevado potencial de internacionalização

A InvestBraga conta com 24 colaboradores tendo, em 2016, atingindo um volume de negócios próximo dos 1,150 milhões de euros.

4. ATIVIDADE DESENVOLVIDA – SÍNTESE GLOBAL

O presente relatório expõe o exercício de consolidação de contas de todo o Grupo Autárquico do Município de Braga, no período económico de 2016, representando o esforço de todo o universo municipal de prestação de contas e transparência perante os munícipes.

Para conhecer melhor a atividade do município na sua globalidade, será importante a leitura dos relatórios de atividades e de contas do município, já aprovados em sede de Assembleia Municipal, que agora pode ser complementada com este documento.

Relativamente às restantes entidades que compõe o Grupo Autárquico, evidenciam-se os seguintes resultados:

TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M. (TUB)

Em 2016, os Transportes Urbanos de Braga, contrariamente ao setor de atividade, continuaram pelo terceiro ano consecutivo a aumentar o número de passageiros transportados e o volume de negócios. Conseguiram não só um aumento de 3,44% no número de passageiros transportados (11.168.196 passageiros) mas também um aumento de volume de negócios de 3,26% (o volume de negócios atingiu o valor de 5,915 milhões de euros).

Os Transportes Urbanos de Braga inverteram, assim, a tendência de perda de passageiros, tendo conseguido, em 3 anos, aumentar os passageiros transportados em 9% e o volume de negócios em mais de 7%. O aumento de clientes e do volume de negócios refletiu-se em 3 anos de exercícios com resultados económicos positivos e que possibilitaram ter no final de 2016 capitais próprios positivos.

Estes resultados foram obtidos sem qualquer aumento de tarifário. Paralelamente, foram eliminadas restrições aos reformados entre as 18h00 e as 19h30, e aos estudantes aos sábados, domingos e feriados. Mantiveram-se os descontos aos estudantes, aos reformados, aos deficientes e aos munícipes carenciados.

Por outro lado, em 2016, foram implementadas novas paragens e novas viagens. Em 17 março de 2016, coincidindo com a abertura de nova superfície comercial em Braga, foi lançada uma nova linha que representa um novo paradigma de mobilidade na cidade.

Agere - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M. (AGERE)

Em 2016, a AGERE apresenta uma situação económica e financeira que reflete uma boa performance da empresa em geral, apesar do processo de ajustamento gradual dos desequilíbrios macroeconómicos, num quadro de crescimento moderado da atividade, alcançando um RLE de 5.9 milhões de euros e um EBITDA de 14,4 milhões de euros o qual foi alcançada essencialmente através da implementação de uma política de redução de custos. Assim, apesar dos novos e ambiciosos projetos realizados, a AGERE tem conseguido manter os seus rácios financeiros acima da média, com a estabilização do rácio de autonomia financeira em 53%.

O ano de 2016 ficou marcado, pela manutenção do tarifário e pelo aumento do n.º m3 de água faturada, fruto de várias iniciativas, permitindo assim criar as condições para uma redução do tarifário em 2017.

Durante o ano 2016, destaca-se ainda, a aposta que a AGERE fez na integração dos sistemas de informação, tendo em vista a criação de informação de gestão fidedigna e útil para os vários intervenientes da organização, que apoiará na tomada de decisões e que permitirá acompanhar e avaliar a evolução da planificação estratégica. É ainda de destacar o início da obra de instalação de equipamentos e fases de tratamento adicionais na ETAR de Frossos que assegurará a redução do impacto na zona hídrica sensível e sobre a população existente nas imediações, através da implementação de diversas medidas mitigadoras do impacto.

Foram submetidas e aprovadas 15 candidaturas a apoios comunitários, no âmbito do POSEUR, para a execução de ampliações de redes de abastecimento de água (7,5 km) de drenagem de águas residuais (37,8 km), bem como para a implementação de melhorias na ETAR de Frossos que minimizarão o risco de incumprimento da DARU e permitirão um melhor enquadramento da instalação no meio urbano em que se insere.

Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. (Bragahabit)

A BragaHabit desempenha uma função primordial no apoio aos cidadãos mais desfavorecidos, nomeadamente através dos apoios à habitação. Durante o ano de 2016 a Bragahabit proporcionou o apoio à habitação a 1.303 famílias, o que representa um elevado crescimento face aos últimos anos, essencialmente no Regime do Apoio Direto ao Arrendamento, onde o subsídio atribuído pelo Município de Braga aumentou para meio milhão de euros. Desta feita, o ano de 2016 ficará também

registado como o ano em que a Bragahabit acabou com a lista de espera na atribuição dos apoios diretos ao arrendamento.

Importante foi também o início do projeto de informatização total da Bragahabit, com a adjudicação à empresa vencedora do concurso público para a criação e implementação de um Sistema de Gestão de Informação Integrada na Bragahabit, que irá modernizar os serviços desta empresa municipal, visando a diminuição de erros, a maximização da eficácia dos serviços e garantia de uma maior eficiência na diminuição das necessidades dos mais desfavorecidos.

Teatro Circo de Braga, E.M., S.A. (Teatro Circo)

A implementação do plano de atividades da empresa Teatro Circo no ano 2016 ficou marcada pelo encerramento das comemorações do centenário do Theatro Circo.

A estratégia de consolidação da sua identidade e de reforço da sua sustentabilidade financeira, foram determinantes para que 2016 fosse mais um ano de sucesso e para que o Teatro Circo continuasse a crescer na adversidade, alcançando, pelo segundo ano consecutivo, um número total de públicos acima das 100 mil pessoas.

2016 foi também o ano de estruturação de um programa em crescendo no serviço educativo do Teatro Circo, que contemplou, para além das ações de formação associadas à programação cultural anual, e das palestras e conversas com artistas, encenadores e músicos, um conjunto de atividades regulares nas mais diversas áreas.

A par com a programação internas e o serviço educativo, o Teatro Circo manteve a articulação com as restantes atividades que constituem o programa cultural deste equipamento, numa perspetiva de complementaridade e diversificação da oferta cultural, nomeadamente: com a programação própria da Companhia de Teatro de Braga, com as iniciativas do Município, e com os agentes e promotores culturais que querem trazer a Braga os seus projetos e artistas.

Em termos económicos, o ano 2016, foi de igual modo notável para o Teatro Circo. Encerrou com resultado positivo, reduziu o passivo ao mínimo registado desde a reabertura, eliminou o financiamento bancário, tem excedentes e tesouraria.

InvestBraga – Agência para a Dinamização Económica de Braga, E.M. (InvestBraga)

A InvestBraga, criada por este executivo como agência para a dinamização económica do concelho, consolidou-se em 2015 e é hoje considerada um sucesso na captação de investimento e atratividade para Braga, sendo a sua atividade reconhecida como uma mais-valia.

No decurso do ano de 2016, a área de dinamização económica e de atração de investimento da InvestBraga recebeu investidores promotores de mais de 100 projetos de investimento, dos quais acompanhou e apoiou 105 projetos em diversos setores de atividade.

Do total dos projetos trabalhados, 13 são de origem internacional e 12 com origem em empresas multinacionais presentes em Portugal, que pretendem expandir as suas unidades e escritórios. Os restantes 80 projetos são de origem local e nacional.

Os serviços prestados pela InvestBraga no decurso de 2016 foram muito diversos, visando responder às necessidades dos investidores, nomeadamente no âmbito do Espaço do Investidor. Em 2016, foram realizados cerca de 100 atendimentos a potenciais investidores.

No âmbito da diplomacia económica entre Braga e outros países, em 2016, foram organizadas visitas a Braga de 10 Embaixadores estrangeiros em Portugal.

Em 2016, foi elaborado e aprovado pela Assembleia Municipal o Regulamento de Incentivos ao Investimento.

No ano 2016, a Startup Braga recebeu mais de 200 candidaturas para os programas em vigor e recebeu mais de 3800 participantes nas mais de 400 horas de eventos, workshops e sessões de formação desenvolvidos no ano de 2016.

Ao nível das feiras, a InvestBraga esteve envolvida na realização de 12 feiras e exposições, das quais, 7 de organização própria.

Em termos financeiros, o exercício 2016 encerra com um resultado positivo, tendo a empresa atingindo um volume de negócios de cerca de 1,2 milhões de euros.

5. ANÁLISE ECONÓMICA FINANCEIRA CONSOLIDADA

A presente análise foi elaborada tendo em conta a situação patrimonial do Grupo Público do Município de Braga, reportada a 31 de Dezembro de 2016.

5.1. Demonstração de Resultados Consolidados

No que respeita à atividade desenvolvida ao longo do ano económico, verificou-se um total de Custos no montante de 120 milhões de euros e de Proveitos no valor de 125 milhões de euros, obtendo-se um Resultado Líquido do Exercício sem os interesses minoritários de 4,6 milhões de euros.

Quadro 1 - Demonstração de Resultados Consolidados

	2015	2016
Custos e Perdas		
CMVMC	3 238 525	3 216 577
FSE	31 371 178	33 303 693
Pessoal	40 966 759	42 399 681
Transferências e subsídios	8 156 559	9 780 757
Amortizações do exercício	15 145 014	20 019 880
Provisões	1 038 631	1 428 015
Outros custos operacionais	2 341 464	2 617 496
Custos e perdas financeiros	1 740 092	879 034
Custos e perdas extraordinários	6 721 422	6 352 524
TOTAL DE CUSTOS E PERDAS	110 719 644	119 997 657
Proveitos e Ganhos		
Vendas e prestações de serviços	45 194 369	42 493 266
Impostos e taxas	42 299 253	44 268 422
Proveitos Suplementares	207 873	160 311
Transferências e subsídios correntes obtidos	30 189 486	29 588 747
Trabalhos para a própria entidade	1 432 561	1 582 419
Proveitos e ganhos financeiros	456 497	308 221
Proveitos extraordinários	6 845 286	6 174 686
TOTAL DE PROVEITOS E GANHOS	126 625 325	124 576 072
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	15 905 681	4 578 415
Interesses minoritários	-2 624 086	-2 891 411
RESULTADO LÍQUIDO APÓS INTERESSES MINORITÁRIOS	13 281 595	1 687 004

5.1.1. Análise da Estrutura dos Custos

O quadro infra reflete os custos incorridos pelo grupo nos anos de 2015 e 2016 e respetivas variações absolutas e relativas.

Quadro 2 - Tabela de Variações Absolutas e Variações Relativas dos Custos Consolidados

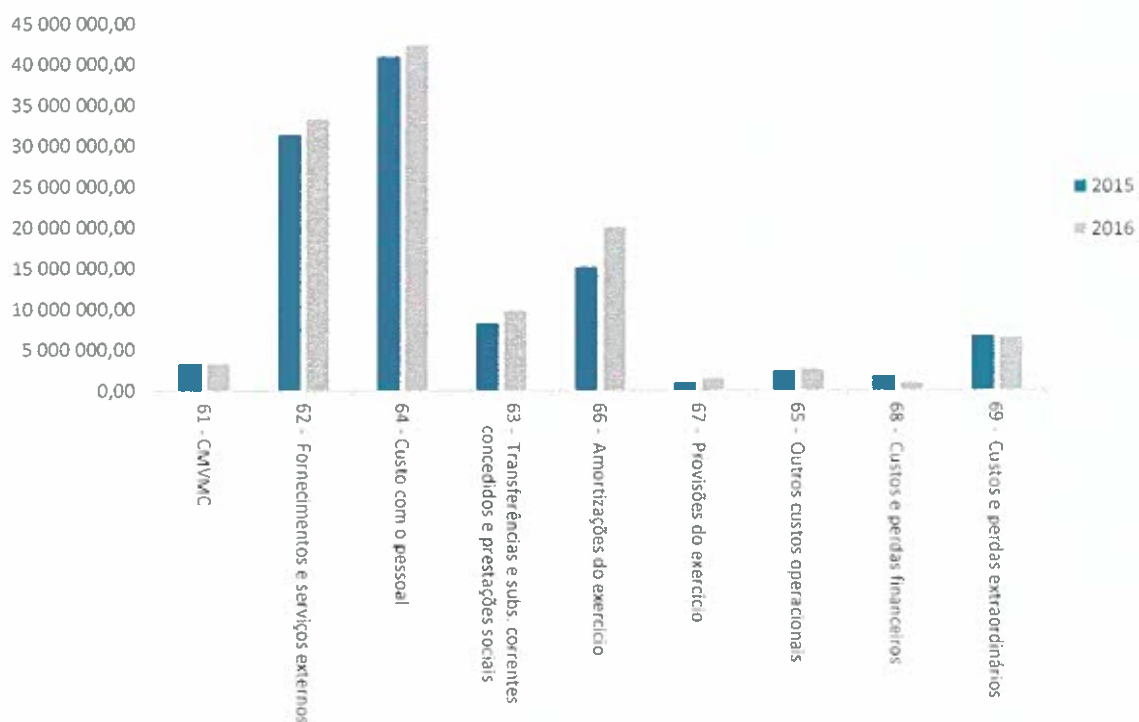
Descrição	2015	2016	Peso	Variação 2016/2015	Variação 2016/2015 %
61 - CMVMC	3 238 525,08	3 216 576,82	2,68%	-21 948,26	-0,68%
62 - Fornecimentos e serviços externos	31 371 177,93	33 303 692,99	27,75%	1 932 515,06	6,16%
64 - Custo com o pessoal	40 966 758,73	42 399 681,09	35,33%	1 432 922,36	3,50%
63 - Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais	8 156 558,74	9 780 757,03	8,15%	1 624 198,29	19,91%
66 - Amortizações do exercício	15 145 013,74	20 019 879,68	16,68%	4 874 865,94	32,19%
67 - Provisões do exercício	1 038 631,38	1 428 015,18	1,19%	389 383,80	37,49%
65 - Outros custos operacionais	2 341 464,45	2 617 496,47	2,18%	276 032,02	11,79%
68 - Custos e perdas financeiros	1 740 091,70	879 034,43	0,73%	-861 057,27	-49,48%
69 - Custos e perdas extraordinários	6 721 422,21	6 352 523,70	5,29%	-368 898,51	-5,49%
Total	110 719 643,96	119 997 657,39	100,00%	9 278 013,43	8,38%

Como verificamos da análise do quadro acima, das oscilações entre os períodos homólogos (2015-2016), realça-se os seguintes pontos:

- (i) **o aumento dos custos com o pessoal em 1,4 milhões de euros** - este crescimento é justificado pela atualização do salário mínimo nacional e respetivos encargos sociais, pela reversão da sobretaxa e, no caso do município, pelo aumento do número de colaboradores e fruto da reestruturação orgânica, que originou um maior número de lugares de chefia intermédia;
- (ii) **o crescimento do valor das transferências e subsídios correntes, em 1,6 milhões de euros** - esta variação é devida exclusivamente ao registado nas contas da entidade consolidante;
- (iii) **o acréscimo em cerca de 4,9 milhões de euros em amortizações do exercício** – este aumento está inteiramente relacionado com o trabalho, realizado ao nível do município, de análise do imobilizado em curso, com o objetivo de transferir para imobilizado firme (logo, sujeito a depreciação) as empreitadas que, à data, reuniam as condições necessárias para o efeito;

(iv) e, por fim, o crescimento de 1,9 milhões de euros registado na rubrica de fornecimentos e serviços externos – que resulta dos efeitos contabilizados nas demonstrações financeiras individuais do município e na TUB, EM.

Figura 1- Comparativo da Estrutura de Custos Consolidados



5.1.2. Análise da Estrutura dos Proveitos

Por comparação com o período homólogo, o grupo municipal regista em 2016 uma diminuição global dos seus proveitos em 2 milhões de euros, o que significa, em termos percentuais, uma redução de 1,6.

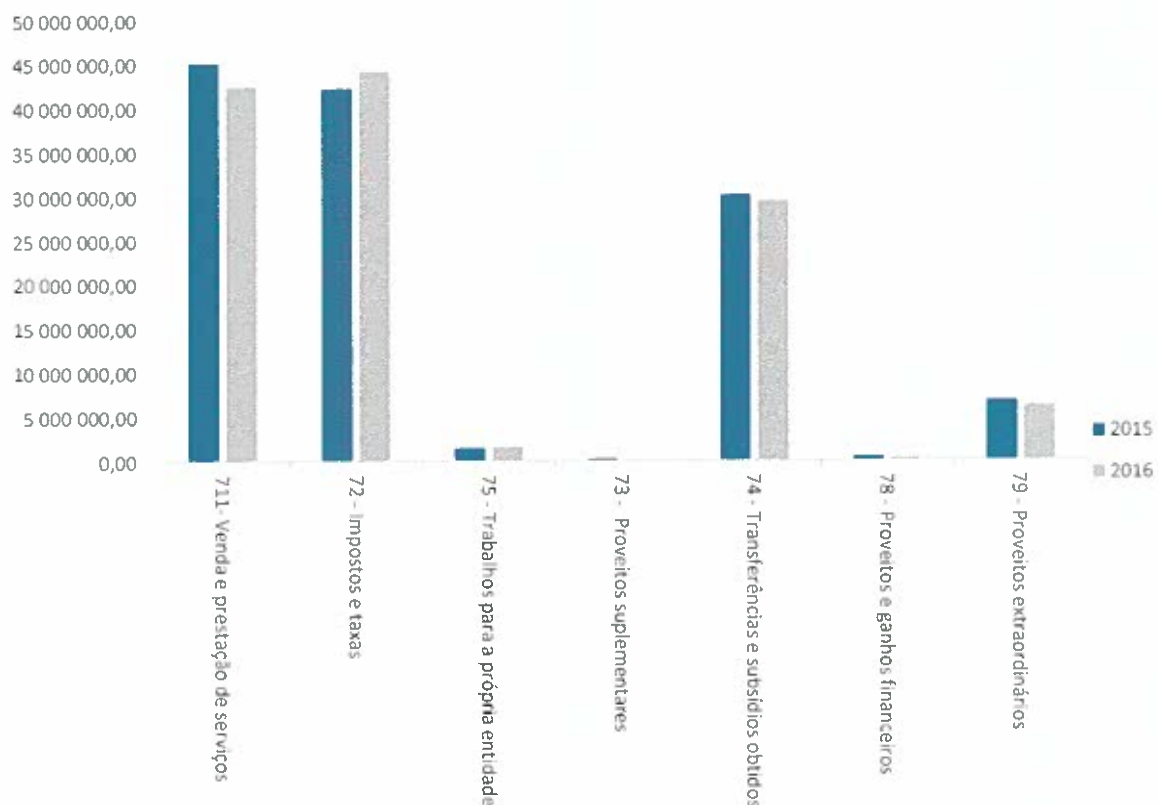
Quadro 3 - Variações Absolutas e Variações Relativas dos Proveitos dos Proveitos Consolidados

Descrição	2015	2016	Peso	Variação 2016/2015	Variação 2016/2015 %
7111 - Venda de mercadorias	47 729,81	9 720,50	0,01%	-38 009,31	-79,63%
7112+7113 - Venda de produtos	7 313 730,91	7 730 095,32	6,21%	416 364,41	5,69%
712 - Prestações de serviços	37 832 908,15	34 753 450,16	27,90%	-3 079 457,99	-8,14%
72 - Impostos e taxas	42 299 252,93	44 268 422,15	35,54%	1 969 169,22	4,66%
75 - Trabalhos para a própria entidade	1 432 560,81	1 582 418,89	1,27%	149 858,08	10,46%
73 - Proveitos suplementares	207 872,61	160 310,90	0,13%	-47 561,71	-22,88%
74 - Transferências e subsídios obtidos	30 189 486,43	29 588 747,29	23,75%	-600 739,14	-1,99%
78 - Proveitos e ganhos financeiros	456 496,81	308 220,76	0,25%	-148 276,05	-32,48%
79 - Proveitos extraordinários	6 845 286,25	6 174 686,19	4,96%	-670 600,06	-9,80%
Total	126 625 324,71	124 576 072,16	100,00%	-2 049 252,55	-1,62%

A variação verificada resulta do comportamento das seguintes rubricas:

- (i) **a diminuição das prestações de serviços em 3,1 milhões de euros** resulta, essencialmente, da variação contabilizada nas demonstrações financeiras individuais do município, explicada pelo facto de em 2016 não se ter registado aumentos de imobilizado por cedência ao domínio público e privado municipal, que eliminou as variações positivas das restantes entidades que constituem o grupo municipal.
- (ii) **o aumento na rubrica de impostos e taxas, na proporção de 1,97 milhões de euros** explicado por uma maior arrecadação de receita de IMT e Derrama, bem como dos impostos indiretos (+ 479 mil euros) e das taxas (+ 356 mil euros).

Figura 2 - Comparativo da Estrutura de Proveitos Consolidados



Finalizada a análise à estrutura de custos e proveitos pode concluir-se que a evolução é bastante positiva, uma vez que os proveitos são bastante superiores aos custos originando um resultado líquido do exercício após interesses minoritários de 1 687 004,23€.

5.2. Análise da Estrutura do Balanço Consolidado

Através da análise do balanço é possível analisar a situação financeira do grupo municipal a 31 de Dezembro de 2016, conforme determinam as normas de consolidação de contas autárquicas. Assim, os quadros abaixo refletem a estrutura e a evolução patrimonial deste Município nos exercícios de 2015 e 2016.

5.2.1. Análise da Estrutura do Ativo Consolidado

O presente quadro apresenta o desmembramento do Ativo nas subcontas que o compõem e respetivos valores nos anos de 2015 e 2016, permitindo elaborar uma análise à sua evolução.

Quadro 4 – Variação Absoluta e Variações Relativas do Ativo Consolidado

Descrição	2015	2016	Peso	Variação 2016/2015	Variação 2016/2015 %
Bens de domínio público	122 424 450,40	117 510 117,16	18,62%	-4 914 333,24	-4,01%
Imobilizações Corpóreas	526 715 731,61	433 232 178,25	68,66%	-93 483 553,36	-17,75%
Investimentos Financeiros	29 102 472,43	26 682 479,88	4,23%	-2 419 992,55	-8,32%
Existências	777 386,41	799 083,38	0,13%	21 696,97	2,79%
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	6 545 849,53	12 046 884,66	1,91%	5 501 035,13	84,04%
Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa	4 813 770,11	7 976 245,04	1,26%	3 162 474,93	65,70%
Acréscimos e diferimentos	34 219 287,18	32 712 216,64	5,18%	-1 507 070,54	-4,40%
Total	724 598 947,67	630 959 205,01	100,00%	-93 639 742,66	-12,92%

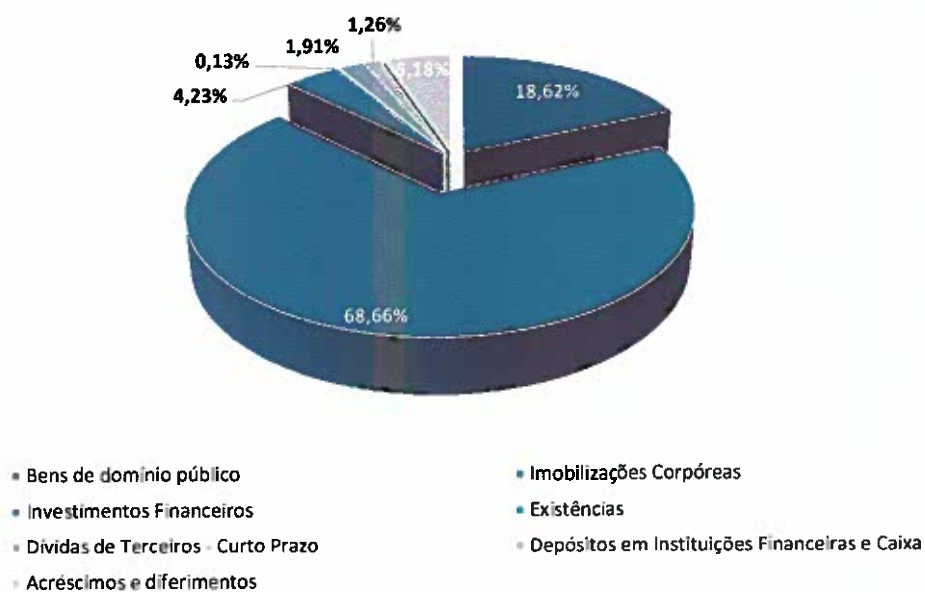
Relativamente às rubricas que constituem o Ativo Consolidado do Grupo, verificamos em 2016 uma diminuição de 12,9%, face ao mesmo período do ano passado, manifestado por um decréscimo efetivo de 93,6 milhões de euros. De realçar que no ano anterior assistiu-se a um crescimento do ativo do grupo municipal em 256 milhões de euros.

A variação registada resulta do comportamento das rubricas de imobilizado corpóreo, como consequência principal das modificações patrimoniais ocorridas no município, em cerca de 87 milhões de euros, que advêm do trabalho levado a efeito no decorrer do exercício de 2016 de proceder à regularização do imobilizado em curso que, (i) aumentou as amortizações, fruto da transferência de imobilizado em curso para imobilizado firme, em cerca de 45 milhões, e, por outro

lado, (ii) remeteu para resultados transitados cerca de 85 milhões de euros de valores que não reuniam as condições técnicas para serem incorporadas no imobilizado municipal.

Relativamente à rubrica de dívida de terceiros, a variação verificada (+ 5,5 milhões de euros) resulta principalmente do contributo da empresa Agere, EM, como consequência do reconhecimento das candidaturas aprovadas no exercício de 2016, no âmbito do POSEUR.

Figura 3 - Comparativo da Evolução do Ativo Consolidado



5.2.2. Análise da Estrutura do Passivo e Fundos Próprios Consolidado

À semelhança das rubricas analisadas anteriormente, também a Estrutura de Fundos Próprios e Passivo registou um decréscimo no ano de 2016, ascendendo a um valor de cerca de 93 milhões de euros, evidenciado por uma variação relativa negativa de 12,9%.

Quadro 5 – Variação Absoluta e Variação Relativa do Passivo e Fundos Próprios Consolidados

Descrição	2015	2016	Peso	Variação 2016/2015	Variação 2016/2015 %
Fundos Próprios	504 286 692,06	440 031 269,63	69,74%	-64 255 422,43	-12,74%
Provisões para riscos e encargos	601 309,07	1 663 233,28	0,26%	1 061 924,21	176,60%
Dívidas a Terceiros - Médio e longo prazo	104 462 939,22	85 105 463,15	13,49%	-19 357 476,07	-18,53%
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	18 260 121,28	26 749 383,03	4,24%	8 489 261,75	46,49%
Acréscimos e Diferimentos	96 987 886,04	77 409 855,91	12,27%	-19 578 030,13	-20,19%
Total	724 598 947,67	630 959 205,01	100,00%	-93 639 742,67	-12,92%

A subconta de **Fundos Próprios** registou em 2016 uma variação relativa de -12,74%, originando uma diminuição em termos absolutos de 64,3 milhões de euros. A explicação reside principalmente nas subcontas de Resultado Líquido do Exercício e Resultados Transitados, que advêm das flutuações verificadas nas demonstrações financeiras individuais do município, que por força da aplicação do princípio do acréscimo, originou a necessidade de imputar a exercícios anteriores as amortizações acumuladas, em resultado do trabalho de regularização do imobilizado em curso (que se vinha a acumular desde a implementação do POCAL), que consistiu na transferência para imobilizado firme das empreitadas que reuniam as condições técnicas para configurar no património municipal, logo sujeitas a depreciação.

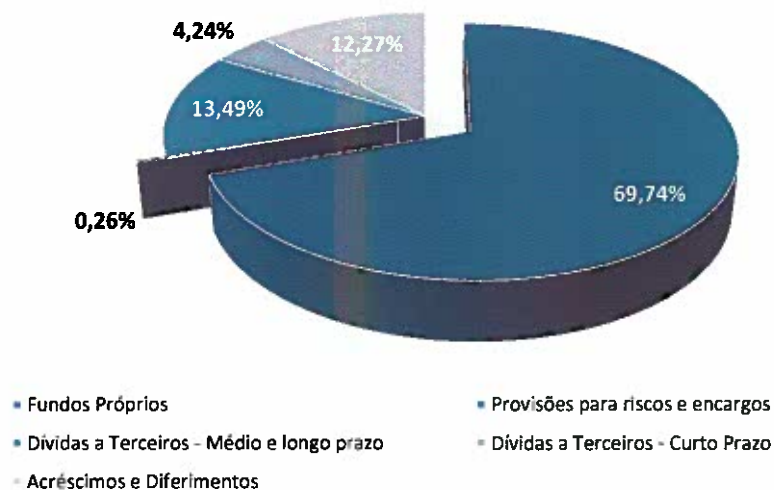
O Resultado Líquido do Exercício individual do Município teve um decréscimo de cerca de 10 milhões de euros, por comparação com o valor alcançado no ano anterior.

Relativamente às **dívidas de médio e longo prazo**, a variação verificada (-19,4 milhões de euros) reflete essencialmente, na ausência de contratação de novos financiamentos, o cumprimento do serviço da dívida.

A rubrica de **acréscimos e diferimentos** apresenta uma variação de -19,6 milhões de euros, designadamente influenciada pela conta de proveitos diferidos ao nível das contas do município

(que contabiliza os subsídios ao investimento recebidos), como consequência do trabalho anteriormente mencionado de análise e regularização dos referidos subsídios.

Figura 4 - Comparativo da Evolução dos Fundos Próprios e Passivo Consolidado



A rubrica de **Dívidas a Terceiros de Curto Prazo** foi alvo de um aumento, resultante de uma reclassificação da dívida de Médio Longo Prazo para Curto Prazo, o que não inviabiliza que numa análise das contas individuais, verifiquemos, de igual modo, um ligeiro aumento das Dívidas a Terceiros de Curto Prazo, designadamente ao nível da entidade consolidante.

5.3. Indicadores de Análise

Os indicadores de liquidez permitem analisar o equilíbrio entre as aplicações e obrigações, por outras palavras, avaliam a capacidade do grupo fazer face aos seus compromissos de capital próprio. No exercício económico de 2016, estes indicadores apresentam uma evolução favorável, com especial relevo para o rácio de liquidez imediata (restringe ainda mais o conceito de ativos líquidos, cingindo-se às disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo do grupo) que apresenta uma variação positiva em 0,035 p.p. No entanto, o grupo municipal ainda não possui em meios líquidos o montante necessário para fazer face as despesas imediatas.

Por outro lado, através do quadro seguinte é ainda possível verificar que o ativo circulante (53,5 milhões de euros) é inferior ao passivo circulante (104,2 milhões de euros), originando um rácio de Liquidez Geral de 0,514.

Quadro 6 – Rácios de Liquidez

Rácios e Indicadores de Liquidez	2015	2016
Ativo Circulante	46 356 293,23	53 534 429,72
Passivo Circulante	115 248 007,32	104 159 238,94
Liquidez Geral (LG)	0,402	0,514
Ativo Circulante-Existências	45 578 906,82	52 735 346,34
Passivo Circulante	115 248 007,32	104 159 238,94
Liquidez Reduzida (LR)	0,395	0,506
Meios Financeiros Líquidos	4 813 770,11	7 976 245,04
Passivo Circulante	115 248 007,32	104 159 238,94
Liquidez Imediata (LI)	0,042	0,077

Para o cálculo da Autonomia Financeira, utilizamos o quociente entre os Fundos Próprios e o valor total do Ativo. Mais se acrescenta que este rácio pode variar dependendo da política económica utilizada pelo grupo. O valor referente aos anos de 2015 e 2016 permite-nos concluir que o grupo financia maioritariamente o seu ativo recorrendo a fundos próprios.

O aumento do rácio de autonomia financeira de 2015 para 2016 poderá indicar que o grupo está neste momento a adotar uma política económica mais conservadora com a vista à redução do seu endividamento.

Relativamente ao rácio de solvabilidade, o grupo apresenta um relativo equilíbrio visto que os fundos próprios são superiores aos capitais alheios.

Quadro 7 – Rácios de Solvabilidade

Rácios de Solvabilidade	2015	2016
Autonomia Financeira	69,60%	69,74%
Rácio de Solvabilidade	2,29	2,30
Rácio de Solvabilidade Reduzida	4,80	5,07
Rácio do Passivo sobre os Fundos Próprios	43,69%	43,39%

No que respeita ao rácio do Passivo sobre os Fundos Próprios é nos possível concluir que o grupo tem reduzido de forma gradual o seu nível de endividamento, podendo esta conclusão ser reforçada pelo rácio de autonomia financeira.

Quadro 8 – Rácios de Endividamento

Rácios de Endividamento	2015	2016
Rácio de Endividamento	30,40%	30,26%
Rácio de Endividamento Médio e longo Prazo	47,69%	45,45%
Rácio de Endividamento Curto Prazo	15,91%	16,51%

No que respeita aos indicadores de endividamento a evolução registada vai de encontro aos resultados comprovados anteriormente, culminando numa diminuição do endividamento do grupo.

Em termos globais e mediante o conjunto de indicadores selecionados para esta análise financeira é possível concluir-se que a situação financeira do grupo é favorável e equilibrada, em resultado de uma conjuntura económica mais favorável e de políticas de contenção de custos e de melhoria de eficiência.

5.4. Apuramento do Nível de Endividamento do Grupo Municipal

O nível de endividamento do Grupo Municipal, apurado por recurso ao balanço consolidado, ascende a 190.927.935,37€, líquido e saldos credores decorrentes de operações recíprocas, assim apurado:

Código das contas POCAL	Mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza	Consolidado
	PASSIVO:	
292	Provisões para riscos e encargos	1 663 233,28
		1 663 233,28
	Dívidas a Terceiros - Médio e longo prazo	
221	Fornecedores c/c	0,00
2312	Empréstimos de médio e longo prazo	74 431 957,47
2611	Fornecedores de Imobilizado C/C	9 946 373,59
264	Administração autárquica	0,00
268	Outros Credores	727 132,09
		85 105 463,15
	Dívidas a Terceiros - Curto Prazo:	
2311	Empréstimos de curto prazo	10 000 161,02
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00
221	Fornecedores c/c	3 500 244,22
228	Fornecedores - Faturas em receção e conferência	1 940 901,74
252	Credores pela execução do orçamento	0,00
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	1 950 204,87
2611	Fornecedores de Imobilizado C/C	1 791 717,07
24	Estado e Outros Entes Públicos	2 134 757,70
264	Administração autárquica	0,00
262+263+268+217	Outros Credores	5 431 396,41
		26 749 383,03
	Acréscimos e Diferimentos:	
273	Acréscimos de custos	6 844 040,66
274	Proveitos diferidos	70 565 815,25
		77 409 855,91
	Total do Passivo	190 927 935,37

Não obstante, a dívida total do Município de Braga, apurada nos termos do art.º 52.º e 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, ascende a **48.073.827€**, conforme extrato da Ficha do Município (prestação de contas 2016) extraído do SIIL:

Limite	Dívida Total						
	Total da dívida a tercelros	Contribuição SM/AM/SEL/Ent. Part	Dívida Total	Dívida total excluindo não orçamentais, exceções Lei n.º 73/2013 e FAM	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
110 985 946	01/01/2016						
	58 924 231	5 045 878	63 970 110	58 209 352		52 776 594	10 555 319
	31/12/2016						
	53 019 549	320 840	53 340 389	48 073 827		62 912 119	12 582 424
Variação da Dívida %							-17,41%
Variação do Excesso da Dívida %							
Margem Disponível por Utilizar							20 690 843

A discrepância evidenciada nos quadros anteriores resulta dos diferentes perímetros relevantes para o respetivo apuramento.

Assim, considerando que as empresas municipais estão equilibradas, ou seja, têm resultados antes de impostos positivos, a sua dívida não releva para o apuramento formal da dívida total do Município embora estejam integradas no perímetro de consolidação e, por consequência, concorram para o nível de endividamento do Grupo Municipal.

Desta forma, o Município de Braga apresenta uma situação financeira equilibrada uma vez que a dívida total não ultrapassa o limite legalmente estabelecido, 1,5 vezes a receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

6.1. Balanço Consolidado

Código das Contas	ACTIVO	Exercícios			
		2016			2015
		AB	AP	AL	AL
	IMOBILIZADO:				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	26 539 392,67	0,00	26 539 392,67	20 871 930,77
452	Edifícios	3 870 504,27	1 066 003,29	2 804 500,98	0,00
453	Outras construções e infra-estruturas	238 584 507,82	150 573 338,33	88 011 169,49	61 718 567,79
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
459	Outros bens de domínio público	138 023,12	0,00	138 023,12	0,00
445	Imobilizações em Curso	17 030,90	0,00	17 030,90	39 833 951,84
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
		269 149 458,78	151 639 341,62	117 510 117,16	122 424 450,40
	Imobilizações Incorpóreas				
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	55 241,96	55 241,96	0,00	0,00
433	Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
443	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		55 241,96	55 241,96	0,00	0,00
	Imobilizações Corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	90 834 831,25	439,05	90 834 392,20	75 725 686,64
422	Edifícios e outras construções	251 130 581,44	42 238 726,07	208 891 855,37	127 982 102,98
423	Equipamento básico	180 693 249,07	79 777 979,20	100 915 269,87	104 700 108,89
424	Equipamento de transporte	8 223 078,94	6 856 450,38	1 366 628,56	1 976 632,77
425	Ferramentas e utensílios	636 204,50	565 738,87	70 465,63	85 236,89
426	Equipamento administrativo	10 705 452,26	9 512 211,55	1 193 240,71	1 055 579,58
427	Taras e vasilhame	20,38	20,38	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	2 292 737,63	1 727 195,74	565 541,89	146 074,21
442	Imobilizações em curso	29 394 784,02	0,00	29 394 784,02	215 020 959,32
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	23 350,33
		573 910 939,49	140 678 761,24	433 232 178,25	526 715 731,61
	Investimentos Financeiros				
411	Partes capital	12 606 921,81	0,00	12 606 921,81	14 898 029,20
412	Obrigações e títulos de participação	3 895 485,69	0,00	3 895 485,69	3 895 485,69
414	Investimentos em imóveis	12 954 529,22	2 818 802,14	10 135 727,08	10 304 921,52
415	Outras aplicações financeiras	9 015,90	0,00	9 015,90	4 036,02
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	35 329,40	0,00	35 329,40	0,00
		29 501 282,02	2 818 802,14	26 682 479,88	29 102 472,43
	CIRCULANTE:				

	Existências:				
36	Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	795 031,51	0,00	795 031,51	776 976,24
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	4 051,87	0,00	4 051,87	410,17
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
		799 083,38	0,00	799 083,38	777 386,41
	Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazos: (a)				
268	Outros devedores	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Dívidas de Terceiros - Curto Prazo:				
28	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
211	Clientes c/c	4 862 099,59	696 633,32	4 165 466,27	4 013 526,48
212	Contribuintes c/c	280 983,99	0,00	280 983,99	111 771,95
213	Utentes c/c	630 393,20	0,00	630 393,20	475 940,58
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	4 359 913,18	3 693 988,14	665 925,04	205 466,39
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	745,38
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	1 151 422,11	0,00	1 151 422,11	257 190,20
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00
262+263+267+268	Outros devedores	5 152 694,05	0,00	5 152 694,05	1 481 208,55
		16 437 506,12	4 390 621,46	12 046 884,66	6 545 849,53
	Títulos Negociáveis:				
151	Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Aplicações de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	7 139 733,27	0,00	7 139 733,27	4 788 397,91
11	Caixa	836 511,77	0,00	836 511,77	25 372,20
		7 976 245,04	0,00	7 976 245,04	4 813 770,11
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	30 475 782,24	0,00	30 475 782,24	32 040 892,28
272	Custos diferidos	2 236 434,40	0,00	2 236 434,40	2 178 394,90
		32 712 216,64	0,00	32 712 216,64	34 219 287,18
	Total de Amortizações.....		295 192 146,96		
	Total de Provisões.....		4 390 621,46		
	Total do Ativo.....	930 541 973,43	299 582 768,42	630 959 205,01	724 598 947,67

Código das Contas	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2016	2015
	FUNDOS PRÓPRIOS:		
51	Património	189 434 335,59	189 384 769,05
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	4 863 534,35	5 636 208,65
56	Reservas de reavaliação	0,00	0,00
	Reservas:	0,00	0,00
571	Reservas legais	9 977 019,72	8 998 111,88
572	Reservas estatutárias	16 048,77	-35 472,74
573	Reservas contratuais	0,00	0,00
574	Reservas livres	389 703,72	407 085,36
575	Subsídios	0,00	0,00
576	Doações	460 564,10	297 926,60
577	Reservas decorrentes de transferências de ativos	25 630 067,61	25 630 067,61
59	Resultados transitados	179 046 968,11	231 978 126,92
88	Resultado líquido do exercício	1 687 004,23	13 281 594,53
	Interesses minoritários	28 526 023,44	28 708 274,20
	Total dos fundos próprios.....	440 031 269,63	504 286 692,06
	PASSIVO:		
292	Provisões para riscos e encargos	1 663 233,28	601 309,07
		1 663 233,28	601 309,07
	Dívidas a Terceiros - Médio e longo prazo		
221	Fornecedores c/c	0,00	0,00
2312	Empréstimos de médio e longo prazo	74 431 957,47	89 830 775,58
2611	Fornecedores de Imobilizado C/C	9 946 373,59	1 613 483,48
264	Administração autárquica	0,00	1 611 769,86
268	Outros Credores	727 132,09	11 406 910,30
		85 105 463,15	104 462 939,22
	Dívidas a Terceiros - Curto Prazo:		
2311	Empréstimos de curto prazo	10 000 161,02	5 929 424,06
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00
221	Fornecedores c/c	3 500 244,22	2 860 550,00
228	Fornecedores - Faturas em receção e conferência	1 940 901,74	1 099 559,90
252	Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	1 950 204,87	2 499 582,34
2611	Fornecedores de Imobilizado C/C	1 791 717,07	1 210 504,09
24	Estado e Outros Entes Públicos	2 134 757,70	2 039 525,25
264	Administração autárquica	0,00	0,00
262+263+268+217	Outros Credores	5 341 396,41	2 620 975,64
		26 749 383,03	18 260 121,28
	Acréscimos e Diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	6 844 040,66	6 768 135,59
274	Proveitos diferidos	70 565 815,25	90 219 750,45
		77 409 855,91	96 987 886,04
	Total do Passivo.....	190 927 935,37	220 312 255,61
	Total dos fundos próprios e do passivo.....	630 959 205,01	724 598 947,67

6.2. Demonstração de Resultados Consolidado

Código das Contas		2016		2015	
	Custos e Perdas				
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias		6 615,00		6 548,62
	Matérias		3 209 961,82		3 231 976,46
62	Fornecimentos e serviços externos:		33 303 692,99		31 371 177,93
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	33 609 506,93		32 454 177,76	
643 a 648	Encargos sociais	8 790 174,16	42 399 681,09	8 512 580,97	40 966 758,73
63	Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais		9 780 757,03		8 156 558,74
66	Amortizações do exercício		20 019 879,68		15 145 013,74
67	Provisões do exercício		1 428 015,18		1 038 631,38
65	Outros custos operacionais		2 617 496,47		2 341 464,45
	(A) Custos e Perdas Operacionais		112 766 099,26		102 258 130,05
68	Custos e perdas financeiros		879 034,43		1 740 091,70
	(C) Custos e Perdas Correntes		113 645 133,69		103 998 221,75
69	Custos e perdas extraordinários		6 352 523,70		6 721 422,21
	(E) Custos e Perdas do Exercício		119 997 657,39		110 719 643,96
88	Resultado líquido do exercício.....		4 578 414,77		15 905 680,75
	(X)		124 576 072,16		126 625 324,71
	Proveitos e Ganhos				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Venda de mercadorias	9 720,50		47 729,81	
7112+7113	Venda de produtos	7 730 095,32		7 313 730,91	
712	Prestações de serviços	34 753 450,16	42 493 265,98	37 832 908,15	45 194 368,87
72	Impostos e taxas		44 268 422,15		42 299 252,93
(a)	Variação da produção		0,00		0,00
75	Trabalhos para a própria entidade		1 582 418,89		1 432 560,81
73	Proveitos suplementares		160 310,90		207 872,61
74	Transferências e subsídios obtidos		29 588 747,29		30 189 486,43
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		0,00		0,00
	(B) Proveitos e Ganhos Operacionais		118 093 165,21		119 323 541,65
78	Proveitos e ganhos financeiros		308 220,76		456 496,81
	(D) Proveitos e Ganhos Financeiros		118 401 385,97		119 780 038,46
79	Proveitos extraordinários		6 174 686,19		6 845 286,25
	(F) Proveitos Totais		124 576 072,16		126 625 324,71
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)		5 327 065,95		17 065 411,60
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)		-570 813,67		-1 283 594,89
	Resultados Correntes: (D - C)		4 756 252,28		15 781 816,71
	Resultado Líquido do Exercício: (F - E)		4 578 414,77		15 905 680,75
	Interesses Minoritários		-2 891 410,54		-2 624 086,22
	Resultado Líquido do Exercício após Interesses Minoritários		1 687 004,23		13 281 594,53

7. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

I - Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

1.1) Entidades incluídas no perímetro de consolidação

AGERE - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M. – Participação 51% nos termos do nº 3 do art.75º do RFALEI;

É uma empresa pública municipal que tem como atividade principal a captação, tratamento e adução de água e sua distribuição para consumos domiciliários e outros, mediante venda direta. A sua sede localiza-se na Praça Conde Agrolongo, nº 115 em Braga.

BRAGAHABIT – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. – Participação 100% nos termos do nº 3 do art.75º do RFALEI;

Tem como atividade a promoção e gestão de apoios ao arrendamento e a recuperação de habitação degradada, assim como, a prestação de serviços na área da educação e ação social. A sua sede localiza-se na rua D. Paio Mendes, nº 51 em Braga.

IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M. - Participação 100% nos termos do nº 3 do art.75º do RFALEI;

A Investbraga tem como objeto principal a exploração de atividades de interesse geral e a promoção do desenvolvimento local e regional com vista à dinamização económica da região de Braga, e de iniciativas que promovam a sua valorização, a internacionalização e a captação de investimentos nacionais e estrangeiros. A sua sede localiza-se na Av. Dr. Francisco Pires Gonçalves em Braga.

TUB – TRANSPORTES URBANOS DE BRAGA, E.M. – Participação 100% nos termos do nº 3 do art.75º do RFALEI;

A TUB tem como objeto a prestação do serviço público de transporte coletivo de passageiros. Pode também exercer atividades acessórias, designadamente atividades complementares ou subsidiárias de exploração dos transportes coletivos de passageiros e de transportes escolares. A sua sede localiza-se na Rua Quinta de Santa Maria – Maximinos – Braga.

TEATRO CIRCO DE BRAGA, E.M. – Participação 100% nos termos do nº 3 do art.75º do RFALEI;

O Teatro Circo de Braga tem por objeto social a realização de atividades culturais, de acordo com os princípios de interesse público e as orientações da câmara municipal de Braga para a programação anual do teatro. A sua sede localiza-se na Avenida da Liberdade, 697 – Braga.

Advém realçar que o Município de Braga controla indiretamente, por intermédio da AGERE, a sociedade BRAVAL detendo aquela (AGERE) 79% desta. Não obstante, considerando o disposto no n.º 2 do art.º 68.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e atendendo a que nas contas da AGERE foi utilizado o método da equivalência patrimonial para a relevação da participação financeira na BRAVAL, optou-se por não utilizar outro método de consolidação/ajustamento.

De acordo com informação da empresa participada AGERE, o prazo de concessão da BRAVAL termina em 2021, encontrando-se atualmente a aguardar a resposta ao pedido de renovação da concessão.

Após obtenção da referida renovação, a AGERE começará o processo de reorganização societária e da detenção da participação financeira da BRAVAL, de acordo com todos os normativos aplicáveis, tendo já desencadeado o processo de avaliação da mesma, para o efeito.

Outras entidades participadas:

Participações em entidades societárias	Participações em entidades não societárias
ABC de Braga-Andebol SAD	ANMP- Assoc. Nac. Municípios Portugueses
SGEB - Soc. Gestora Equipamentos Braga	APMCH - Assoc. Portuguesa dos Municípios com Centro
MARB - Merc. Abast. da Região de Braga, SA	IDITE MINHO-Inst.Desenv.Inov.Téc.n.do Minho
BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	CIM Cávado-Comunidade Intermunicipal do Cávado
	Fundação Bracara Augusta
	Eixo Atlântico Noroeste Peninsular
	Turismo do Porto e Norte de Portugal
	AM Minho – Associação de Municípios do Minho
	Associação de Municípios de fins específicos
	Quadrilátero Urbano
	Associação de Turismo do Porto
	Fundação Serralves

1.2) Entidades excluídas da consolidação

Não aplicável

1.3) Entidades associadas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

As participações financeiras das entidades societárias nas quais o Município tem influência significativa (participação financeira entre 20% e 50%) estão valorizadas pelo método da equivalência patrimonial:

- a) ABC de Braga-Andebol SAD;
- b) SGEB - Soc. Gestora Equipamentos Braga;

1.4) Número médio de trabalhadores ao serviço, durante o exercício, das entidades incluídas na consolidação, repartido por categorias

Quadro 9 - Número Médio de Trabalhadores ao Serviço, Durante o Exercício

Categoria	N.º de Funcionários	TUB	Investbraga	Bragahabit	Agere	Teatro Circo	Município
Dirigente Superior	8		1	1	2	1	3
Dirigente Intermédio	50		4		13	4	29
Técnico Superior	194	4	2	19	44	8	113
Assistente Técnico	387	17	8	13	63	13	256
Assistente Operacional	1533	126	9	3	409	3	857
Bombeiros	87						87
Informática	16				3		13
Polícia Municipal	46						46
Outros	28						28
Total	2349	147	24	36	534	29	1432

1.5) Métodos de Consolidação

Os métodos de consolidação adotados na consolidação de contas do Município de Braga foram o método de consolidação integral, para as entidades onde o município exerce controlo, e o Método de Equivalência Patrimonial para as entidades onde exerce influência significativa.

O Método de Consolidação Integral consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas

Ao preparar as Demonstrações Financeiras Consolidadas foram agregadas as Demonstrações Financeiras do município e das suas subsidiárias, linha a linha adicionando itens idênticos de ativos, passivos, capital próprio, custos e perdas e de proveitos e ganhos. Foi eliminada a quantia escriturada da participação financeira do município em cada subsidiária e a parte do capital próprio em cada entidade consolidada.

Os interesses minoritários nos ativos líquidos das subsidiárias consolidadas foram identificados separadamente do capital próprio do município (AGERE – 49%).

Os saldos, transações, custos e perdas e proveitos e ganhos intra – grupo foram identificados, conciliados e eliminados por inteiro.

II - Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

2.1) - Insuficiência das normas de consolidação para uma imagem verdadeira e apropriada

Não aplicável.

2.2) - Afastamento da aplicação das normas de consolidação para obter uma imagem verdadeira e apropriada

O Município de Braga aplica o POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e as empresas municipais aplicam o SNC – Sistema de Normalização Contabilística, o que dificulta a harmonização das operações, critérios e políticas contabilísticas, como ocorre com as amortizações/depreciações e provisões ao abrigo do SNC/Decreto-Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro – Regime de Reintegrações e Amortizações.

III - Informações relativas aos procedimentos de consolidação

3.1) - Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra-contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas.

ELIMINAÇÃO DO MEP

CONTA	DÉBITO	CRÉDITO
411		11 272 983,46
551	10 178 621,24	
7821	3 186 385,66	
59	1 094 362,22	3 186 385,66
TOTAL	14 459 369,12	14 459 369,12

ELIMINAÇÃO DE SALDOS

CONTA	DÉBITO	CRÉDITO
59	8 036 000,06	542,43
211		652 604,94
221	8 871,41	
228	508 818,70	
264	770 103,45	
268	6 305 787,07	7 271 146,95
2619		180 000,00
271		7 701 392,45
273	68 835,07	
79	107 271,01	
TOTAL	15 805 686,77	15 805 686,77

ELIMINAÇÃO DE TRANSAÇÕES

CONTA	DÉBITO	CRÉDITO
62	1 540,00	1 601 407,26
63		7 246 284,46
712	1 850 600,33	
73	103 700,17	
74	8 533 342,28	
211		1 540,00
271		1 639 951,06
57	595 000,00	
59		595 000,00
TOTAL	11 084 182,78	11 084 182,78

ELIMINAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

CONTA	DÉBITO	CRÉDITO
571	1 697 921,99	
572	15 419,40	
574	4 159,07	
55	4 791 071,26	
59	16 041,18	
51	58 425 000,00	
Interesses Minoritários (Resultados)	2 891 410,53	
Interesses Minoritários (Balanço)		28 526 023,44
411		39 315 000,00
TOTAL	67 841 023,44	67 841 023,44

3.2) - Discriminação da rubrica “diferenças de consolidação”, com indicação dos métodos de cálculo adotados e explicitação das variações significativas relativamente ao exercício anterior.

Não aplicável.

3.3) – Justificação dos casos excecionais em que não se tenha adotado o princípio da consistência na consolidação e avaliação dos seus efeitos no património, na posição financeira e nos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

Não aplicável.

3.4) – Descrição dos acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados das entidades incluídas no perímetro de consolidação que tenham ocorrido entre a data do balanço dessa entidade e a data do balanço consolidado.

Não aplicável.

3.5) – Informações que se tornem comparáveis os sucessivos conjuntos de demonstrações financeiras no caso de se alterar significativamente, no decurso do exercício, a composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro da consolidação.

Não aplicável.

3.6) – Indicação dos montantes dos ajustamentos excecionais de valor dos ativos feitos exclusivamente para fins fiscais e não eliminados da consolidação, juntamente com as razões que o determinaram.

Não aplicável.

3.7) – Indicação dos casos excecionais em que se utilizou a homogeneização valorativa, bem como as razões que justificaram a sua utilização.

Não aplicável.

3.8) – Opção usada pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação quanto à contabilização das participações em entidades de natureza empresarial.

Não aplicável.

IV - Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo

4.1 – Mapa de endividamento consolidado de médio e longos prazos (conforme alínea d) do n.º 7 do art.º 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) e Mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza (conforme alínea d) do n.º 7 do art.º 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro).

	Conta Patrimonial	Entidade Credora	N.º Empréstimo	Valor Contratado	Data de Vencimento	Capital em dívida 31/12/2015	Capital Amortizado no Período	Capital em dívida 31/12/2016
Município	2311111	Santander Totta		5 000 000,00 €	31/12/2015	0,00 €	4 000 000,00 €	0,00 €
	23121127	BBVA	978660000347	15 000 000,00 €	26/06/2023	6 666 666,66 €	833 333,32 €	5 833 333,34 €
	23121123	BPI	3088448830003	15 000 000,00 €	14/01/2023	7 151 742,01 €	926 788,36 €	6 224 953,65 €
	23121125	BTB	6623/00071504096	5 000 000,00 €	06/01/2023	2 083 333,31 €	277 777,78 €	1 805 555,53 €
	23121126	DEXIA	39150023	20 000 000,00 €	03/05/2022	7 567 567,58 €	1 081 081,08 €	6 486 486,50 €
	23121124	BTB	0000/30090210501	19 903 831,77 €	22/03/2022	7 187 494,71 €	1 105 768,44 €	6 081 726,27 €
	23121121	C.G.D.	PT00350171003265791	6 234 973,71 €	20/05/2019	1 149 433,63 €	313 447,08 €	835 986,55 €
	23121122	BFB/BPI	8238788830002	2 992 787,38 €	18/09/2022	1 027 875,02 €	146 357,20 €	881 517,82 €
	23121111	C.G.D.	PT00350171003310691	14 963 936,91 €	31/07/2021	6 566 477,05 €	1 087 739,15 €	5 478 737,90 €
	23123111	DGTF	0030E148492009.01	1 803 252,00 €	02/07/2019	1 262 276,40 €	360 650,40 €	901 626,00 €
	23121114	BBVA	97148000258	1 865 000,00 €	03/12/2019	792 625,00 €	186 500,00 €	606 125,00 €
Braga habit	2511101	Banco Credibom	10001823966	8 299,80 €	11/09/2019	6 535,52 €	1 549,15 €	4 986,37 €
	25112	Millennium BCP	45459788947	600 000,00 €		380 000,00 €	0,00 €	0,00 €
	25141	Banco BPI, SA	6-4191776-000-001	5 000,00 €		3 285,94 €	0,00 €	67,03 €
	25121	Banco BPI, SA	DO/301949/EF	150 000,00 €		122 244,08 €	0,00 €	0,00 €
	2511101/2511201	C.G.D.	171003314991	2 743 388,43 €	06/04/2021	909 355,52 €	163 852,84 €	745 502,68 €
Theatro Circo	2511102/2511202	Millennium BCP.	116535811	50 000 000,00 €	27/06/2031	35 227 272,68 €	2 272 727,28 €	32 954 545,40 €
	2511109/2511209	Millennium BCP.	234849621	1 000 000,00 €	28/06/2017	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	2511110/2511210	Montepio Geral Assoc. Mutualista	407-36.003518-9	10 000 000,00 €	23/10/2019	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	2511111/2511211	Santander Totta	308718487096	1 000 000,00 €	13/11/2018	741 957,73 €	247 013,24 €	494 944,49 €
	2511112/2511212	Banco Popular Portugal S.A.	0046-0125 0440014644	5 000 000,00 €	21/10/2019	4 000 000,00 €	0,00 €	4 000 000,00 €
	2511113/2511213	Santander Totta	309752683096	2 500 000,00 €	18/06/2020	2 260 033,88 €	487 666,43 €	1 772 367,45 €
	2511114/2511214	Banco Popular Portugal S.A.	0046-0125 0440017515	5 000 000,00 €	19/06/2020	5 000 000,00 €	611 286,53 €	4 388 713,47 €
	2511115/2511215	Millennium BCP	261157961	1 000 000,00 €	30/06/2020	903 994,53 €	178 408,68 €	725 585,85 €
	2511103	BPI	4-2726487.039.001	2 000 000,00 €		235 000,00 €	235 000,00 €	0,00 €
	2511107	BANIF S.A.	800010945360140	1 500 000,00 €		75 000,00 €	75 000,00 €	0,00 €
AGERE	2511111	C.G.D.	9015/008159/992	3 000 000,00 €	01/06/2016	2 540 000,00 €	1 340 000,00 €	1 200 000,00 €
	2511121	Millennium BCP	1159331	1 500 000,00 €	08/05/2016	760 000,00 €	0,00 €	1 000 000,00 €
	2511171	Banco Popular	0046-0121 00500037625	1 500 000,00 €	29/05/2017	0,00 €	0,00 €	1 030 000,00 €
	2511181	Novo Banco	001615000017808	1 500 000,00 €	29/04/2016	180 000,00 €	2 610 000,00 €	250 000,00 €
	251421	Millennium BCP	101614	400 000,00 €	02/06/2017	0,00 €	0,00 €	329 357,19 €
	251481	Novo Banco S.A.	001614000017661	2 000 000,00 €		960 028,39 €	560 028,39 €	400 000,00 €
	TUB							
TUB	2511111	C.G.D.	9015/008159/992	3 000 000,00 €	01/06/2016	2 540 000,00 €	1 340 000,00 €	1 200 000,00 €
	2511121	Millennium BCP	1159331	1 500 000,00 €	08/05/2016	760 000,00 €	0,00 €	1 000 000,00 €
	2511171	Banco Popular	0046-0121 00500037625	1 500 000,00 €	29/05/2017	0,00 €	0,00 €	1 030 000,00 €
	2511181	Novo Banco	001615000017808	1 500 000,00 €	29/04/2016	180 000,00 €	2 610 000,00 €	250 000,00 €
	251421	Millennium BCP	101614	400 000,00 €	02/06/2017	0,00 €	0,00 €	329 357,19 €
	251481	Novo Banco S.A.	001614000017661	2 000 000,00 €		960 028,39 €	560 028,39 €	400 000,00 €
	TOTAL			200 170 470,00 €		95 760 199,64 €	19 101 975,35 €	84 432 118,49 €

V- Informações sobre saldos e fluxos financeiros

5.2 – Mapa de fluxos de caixa consolidado (Portaria n.º 474/2010 – Orientação n.º 1/2010, de 1 de Julho de 2010)

FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da gerência anterior		4 813 770,11 €	Despesas orçamentais		143 582 301,81 €
Execução orçamental	2 392 000,02 €		Correntes	105 510 251,35 €	
Operações de tesouraria	2 421 770,09 €		Capital	38 072 050,46 €	
Receitas orçamentais		146 682 474,98 €	Operações de tesouraria	9 267 091,34 €	9 267 091,34 €
Correntes	126 098 209,85 €				
Capital	20 584 265,13 €				
Outras	- €				
Operações de tesouraria	9 329 393,10 €	9 329 393,10 €	Saldo para a gerência seguinte		7 976 245,04 €
			Execução orçamental	5 492 173,19 €	
			Operações de tesouraria	2 484 071,85 €	
Total		160 825 638,19 €	Total		160 825 638,19 €

Aos valores apresentados não foram retirados os fluxos de pagamentos e recebimentos relativos a operações recíprocas, não obstante, o saldo para a gerência seguinte não é influenciado.

VI- Informações relativas a compromissos

6.1 – Montante global dos compromissos financeiros que não figurem no balanço consolidado, no caso em que a sua indicação seja útil para a apreciação da situação financeira do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação:

Não aplicável.

6.2 – Descrição das responsabilidades das entidades incluídas no perímetro de consolidação por garantias prestadas, desdobrando-as de acordo com a sua natureza e mencionado expressamente as garantias reais:

Natureza	Descrição	Prestada a favor	Valor em dívida em 31/12/2016
Garantia Técnica	Garantia para recuperação ambiental relativa ao contrato de concessão de captação de água - Ponte do Bico	Banco Santander Totta, S.A.	21 970,00 €
			21 970,00 €

VII- Informações relativas a políticas contabilísticas

7.1 – Os critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas e métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente amortizações, ajustamentos e provisões.

a) Imobilizado

Nos termos do disposto no ponto 4.1. do POCAL, o ativo imobilizado é valorizado ao custo de aquisição (somatório do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta ou indiretamente para o colocar no seu estado atual), ou ao custo de produção (somatório dos custos das matérias-primas e outros materiais diretos consumidos, da mão-de-obra direta e de outros gastos gerais de fabrico necessariamente suportados para produzir determinado bem). Quando se trata de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito, considera-se o valor resultante da avaliação efetuada por técnicos ou o valor patrimonial tributário determinado nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, ou, na sua ausência, o valor resultante da simulação do valor patrimonial disponível no sítio do Portal das Finanças.

Quanto às amortizações, foram praticadas as taxas permitidas pela Portaria n.º 671/2000 (2ª série), que aprovou o CIBE-CADASTRO E INVENTÁRIO DOS BENS DO ESTADO e o DL 25/2009 – Regime de Depreciações e Amortizações.

b) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros foram valorizados ao custo de aquisição e valorizados pelo método da equivalência patrimonial para entidades em que o município detém influência significativa.

c) Existências

Foram valorizadas ao custo de aquisição ou ao custo de produção, em que ambos os custos são determinados de acordo com as definições adotadas para o imobilizado conforme descrito no ponto a).

O método de custeio de saída de armazém adotado foi o FIFO.

d) Dívidas de e a terceiros

Foram expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as denominam.

e) Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários expressam os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

f) Especialização do exercício

Os seus custos e proveitos são registados de acordo com o princípio da especialização no exercício a que dizem respeito.

7.2) – Cotações que tenham sido utilizadas para a conversão em euros dos elementos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Não aplicável.

VIII – Informações relativas a determinadas rubricas

8.1) – Despesas de Instalação e Despesas de investigação e de desenvolvimento

Não aplicável.

MAPA ATIVO BRUTO CONSOLIDADO

RUBRICAS		SALDO INICIAL	REAVALIÇÃO / AJUSTAMENTO	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	29 693 044,49	-198 614,25	4 979,88	0,00	-33 457,50	29 465 952,62
411	Partes de capital	12 805 536,06	-198 614,25	0,00	0,00	0,00	12 606 921,81
412	Obrigações e títulos de participação	3 895 485,69	0,00	0,00	0,00	0,00	3 895 485,69
414	Investimentos em imóveis	12 987 986,72	0,00	0,00	0,00	-33 457,50	12 954 529,22
415	Outras aplicações financeiras	4 036,02	0,00	4 979,88	0,00	0,00	9 015,90
42	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	420 860 908,44	0,00	147 930 076,01	544 148,71	24 245 574,43	544 516 155,47
421	Terrenos e recursos naturais	75 726 112,41	0,00	18 836 754,66	34 666,62	3 693 369,20	90 834 831,25
422	Edifícios e outras construções	149 348 318,61	0,00	122 016 823,29	0,00	20 234 560,46	251 130 581,44
423	Equipamento básico	174 893 490,85	0,00	5 292 433,50	489 482,09	257 447,08	179 953 889,34
424	Equipamento de transporte	8 212 082,95	0,00	30 995,99	20 000,00	0,00	8 223 078,94
425	Ferramentas e utensílios	620 594,72	0,00	15 609,78	0,00	0,00	636 204,50
426	Equipamento administrativo	10 888 679,01	0,00	615 445,36	0,00	59 312,38	11 444 811,99
427	Taras e vasilhame	20,38	0,00	0,00	0,00	0,00	20,38
429	Outras imobilizações corpóreas	1 171 609,51	0,00	1 122 013,43	0,00	885,31	2 292 737,63
43	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	55 241,96	0,00	0,00	0,00	0,00	55 241,96
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	55 241,96	0,00	0,00	0,00	0,00	55 241,96
433	Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	254 884 016,56	0,00	27 533 196,05	0,00	252 970 068,29	29 447 144,32
441	Imobilizações em curso de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
442	Imobilizações em curso de imobilizações corpóreas	215 020 959,32	0,00	25 491 785,08	0,00	211 117 960,38	29 394 784,02
443	Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
445	Imobilizações em curso de bens de domínio público	39 833 951,84	0,00	2 035 186,97	0,00	41 852 107,91	17 030,90
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeir	29 105,40	0,00	6 224,00	0,00	0,00	35 329,40
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	202 138 421,27	0,00	66 994 006,61	0,00	0,00	269 132 427,88
451	Terrenos e recursos naturais	20 871 930,77	0,00	5 667 461,90	0,00	0,00	26 539 392,67
452	Edifícios	0,00	0,00	3 870 504,27	0,00	0,00	3 870 504,27
453	Outras construções e infraestruturas	181 266 490,50	0,00	57 318 017,32	0,00	0,00	238 584 507,82
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
459	Outros bens de domínio público	0,00	0,00	138 023,12	0,00	0,00	138 023,12
TOTAL.....		907 631 632,72	-198 614,25	242 462 258,55	544 148,71	277 182 185,22	872 616 922,25

8.2) – Movimentos corridos nas rubricas do ativo imobilizado constante do balanço consolidado e nas respetivas amortizações, ajustamentos e provisões

MAPA DE AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES CONSOLIDADO

	RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
48	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	231 416 543,66	64 760 701,95	985 098,65	295 192 146,96
481	De investimentos em imóveis	2 683 065,20	135 736,94	0,00	2 818 802,14
4811	Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
4812	Edifícios e outras construções	2 683 065,20	135 736,94	0,00	2 818 802,14
482	De imobilizações corpóreas	109 130 313,79	32 533 546,10	985 098,65	140 678 761,24
4821	Terrenos e recursos naturais	425,77	13,28	0,00	439,05
4822	Edifícios e outras construções	21 366 215,63	21 125 399,38	252 888,94	42 238 726,07
4823	Equipamento básico	70 193 381,96	9 585 016,35	656 123,54	79 122 274,77
4824	Equipamento de transporte	6 235 450,18	641 000,20	20 000,00	6 856 450,38
4825	Ferramentas e utensílios	535 357,83	30 381,04	0,00	565 738,87
4826	Equipamento administrativo	9 773 926,74	449 190,10	55 200,86	10 167 915,98
4827	Taras e vasilhame	20,38	0,00	0,00	20,38
4829	Outras imobilizações corpóreas	1 025 535,30	702 545,75	885,31	1 727 195,74
483	De imobilizações incorpóreas	55 241,96	0,00	0,00	55 241,96
4831	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
4832	Despesas de investigação e de desenvolvimento	55 241,96	0,00	0,00	55 241,96
4833	Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
485	De bens de domínio público	119 547 922,71	32 091 418,91	0,00	151 639 341,62
4851	Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
4852	Edifícios	0,00	1 066 003,29	0,00	1 066 003,29
4853	Outras construções e infraestruturas	119 547 922,71	31 025 415,62	0,00	150 573 338,33
4855	Bens de património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
4859	Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
49	PROVISÕES PARA INVESTIMENTOS FINANCEIROS	0,00	0,00	0,00	0,00
491	Partes de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
492	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
493	...	0,00	0,00	0,00	0,00
495	Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total.....	231 416 543,66	64 760 701,95	985 098,65	295 192 146,96

8.3) – Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período:

Não aplicável.

8.4) – Montante dos ajustamentos de valor dos ativos abrangidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram:

Não aplicável.

8.5) - Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adotados, e os respectivos preços de mercado:

Não aplicável.

8.6) - Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado:

Não aplicável.

8.7) - Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor:

Não aplicável.

8.8) - Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respetiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão:

Não aplicável.

8.9) - Diferença, quando levada ao ativo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas, quando aplicável:

Não aplicável.

8.10) - Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades:

Designação	Mercado interno	Mercado externo
Vendas	7 739 815,82 €	0,00 €
Prestações de Serviços	34 745 834,99 €	7 615,17 €
Total	42 485 650,81 €	7 615,17 €

8.11) - Efeitos na determinação do resultado consolidado do exercício resultantes de critérios de valorimetria não previstos na alínea b) do item 4.5.2.2. das instruções “Consolidação de Contas pelos Municípios” providas do SATAPOCAL (Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL) e decorrentes de amortizações e de provisões extraordinárias efetuados com vista a obter vantagens fiscais, quer tenham sido feitas durante o exercício ou em exercícios anteriores, bem como informações adicionais quando tal valorimetria tiver influência materialmente relevante nos impostos futuros do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação:

Não aplicável.

8.12) - Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos futuros:

Não aplicável.

8.13) - Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial:

	Nome	Direção/Administração		
		Situação na Entidade	Remuneração Líquida Auferida	Período de Responsabilidade
TUB	Firmino José Rodrigues Marques	Presidente do Conselho de Administração	3,00 €	01-01-2016 a 31-12-2016
	José António Baptista da Costa	Vogal do Conselho de Administração	29 750,67 €	01-01-2016 a 31-12-2016
	Teotónio Luís Vieira Andrade dos Santos	Vogal do Conselho de Administração	28 451,53 €	01-01-2016 a 31-12-2016
			58 205,20 €	
Investbraga	Carlos Nuno Alves de Oliveira	Presidente do Conselho de Administração		01-01-2016 a 31-12-2016
	Humberto António Ferreira Carlos	Administrador Executivo	31 715,21 €	01-01-2016 a 31-12-2016
	Américo Pedro Martins Vieira	Administrador		01-01-2016 a 31-12-2016
	Altino Bernardo Lemos Bessa	Administrador	- €	01-01-2016 a 31-12-2016
			31 715,21 €	
Bragahabit	Miguel Sopas de Melo Bandeira	Presidente do Conselho de Administração	- €	01-01-2016 a 31-12-2016
	Vitor Manuel Esperança Ribeiro	Administrador Executivo	26 803,88 €	01-01-2016 a 31-12-2016
	Nuno Gil de Oliveira Dias	Vogal do Conselho de Administração	- €	01-01-2016 a 31-12-2016
			26 803,88 €	
Agere	Ricardo Bruno Antunes Machado Rio	Presidente não executivo	- €	01-01-2016 a 31-12-2016
	António Jorge Almeida Silva	Administrador Executivo	47 067,86 €	01-01-2016 a 31-12-2016
	Rui Manuel Sá Morais	Administrador Executivo	38 056,56 €	01-01-2016 a 31-12-2016
			85 124,42 €	
Teatro Circo	Cláudia Teixeira Leite	Administradora Executiva	28 991,92 €	01-01-2016 a 31-12-2016
	Ricardo Bruno Antunes Machado Rio	Presidente do Conselho de Administração	- €	01-01-2016 a 31-12-2016
	Lídia Brás Dias	Vogal do Conselho de Administração	- €	01-01-2016 a 31-12-2016
			28 991,92 €	
Município	Ricardo Bruno Antunes Machado Rio	Presidente	38 132,94 €	01-01-2016 a 31-12-2016
	Firmino Jose Rodrigues Marques	Vereador	28 129,94 €	01-01-2016 a 31-12-2016
	Lídia Brás Dias	Vereadora	28 708,01 €	01-01-2016 a 31-12-2016
	Maria Sameiro Macedo Araujo	Vereadora	28 365,59 €	01-01-2016 a 31-12-2016
	Altino Bernardo Lemos Bessa	Vereador	28 141,78 €	01-01-2016 a 31-12-2016
	Miguel Sopas Melo Bandeira	Vereador	31 520,54 €	01-01-2016 a 31-12-2016
	Hugo Alexandre Polido Pires	Vereador	- €	01-01-2016 a 31-12-2016
	Palmira Maciel Fernandes da Costa	Vereadora	- €	01-01-2016 a 31-12-2016
	Helena Angélica Costa Matos Pereira	Vereadora	- €	01-01-2016 a 31-12-2016
	João Gilberto Dias Sousa	Vereador	- €	01-01-2016 a 31-12-2016
	Alberto Carlos Carvalho de Almeida	Vereador	- €	01-01-2016 a 31-12-2016
			182 998,80 €	
	TOTAL		413 839,43 €	

8.14) - Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento da inflação adotados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação:

Não aplicável.

8.15) - Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações:

Não aplicável.

8.16) - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

Os comparativos das demonstrações financeiras consolidadas não são comparáveis com o exercício de 2015 em virtude de terem sido efetuadas correções às operações de consolidação, bem como alterações da metodologia utilizada e melhoria dos procedimentos de consolidação propriamente ditos, tendo em conta o referido na certificação legal das contas do exercício transato.

8.17) - Demonstração consolidada dos resultados financeiros:

Código das contas	Custos e Perdas	Exercício		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercício	
		2016	2015			2016	2015
681	Juros Suportados	875 816,46 €	1 599 327,04 €	781	Juros Obtidos	5 901,84 €	10 020,71 €
682	Perdas em Entidades Participadas	- €	- €	782	Ganhos em Entidades Participadas	180 023,79 €	358 693,93 €
683	Amortizações de Investimentos em Imóveis	- €	135 736,94 €	783	Rendimentos de Imóveis	- €	- €
684	Provisões para Aplicações Financeiras	- €	- €	784	Rendimentos de Participações de Capital	- €	2 773,50 €
685	Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	- €	- €	785	Diferenças de Câmbio Favoráveis	- €	- €
687	Perdas na Alienação de Aplicações de Tesouraria	- €	- €	786	Desconto de Pronto Pagamento Obtidos	76 038,44 €	121,20 €
688	Outros Custos e Perdas Financeiras	3 217,97 €	5 027,72 €	787	Ganhos na Alienação de Aplicações de Tesouraria	- €	- €
	Resultados Financeiros	- 570 813,67 €	- 1 283 594,89 €	788	Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	46 256,69 €	66 033,63 €
				789	Reposições	- €	18 853,84 €
		308 220,76 €	456 496,81 €			308 220,76 €	456 496,81 €

8.18) - Demonstração consolidada dos resultados extraordinários:

Código das contas	Custos e Perdas	Exercício		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercício	
		2016	2015			2016	2015
691	Transferências de Capital Concedidas	1 111 284,48 €	1 705 165,06 €	791	Restituição de Impostos	300,93 €	73 643,79 €
692	Dívidas Incobráveis	- €	- €	792	Recuperação de Dívidas	1 803,06 €	23 395,64 €
693	Perdas em Existências	21 021,21 €	5 864,70 €	793	Ganhos em Existências	507 924,32 €	507 197,80 €
694	Perdas em Imobilizações	4 365 108,71 €	4 140 113,19 €	794	Ganhos em Imobilizações	701 351,81 €	418 249,18 €
695	Multas e Penalidades	15 443,86 €	47 568,56 €	795	Benefícios de Penalidades Contratuais	554 409,05 €	450 511,14 €
696	Aumento de Amortizações e de Provisões	8 990,17 €	- €	796	Reduções de Amortizações e de Provisões	134 756,51 €	218 871,85 €
697	Correções Relativas a Exercícios Anteriores	623 737,34 €	772 268,73 €	797	Correções relativas a Exercícios Anteriores	2 703 810,79 €	3 087 653,36 €
698	Outros Custos e Perdas Extraordinários	99 666,92 €	50 441,97 €	798	Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	1 570 329,72 €	2 065 763,49 €
	Resultados Extraordinários	- 70 566,50 €	123 864,04 €				
		6 174 686,19 €	6 845 286,25 €			6 174 686,19 €	6 845 286,25 €

8.19) - Desdobramento das contas de provisões e movimentos do exercício:

Código das Contas		Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para cobranças duvidosas	4 175 988,70	359 378,21	144 745,45	4 390 621,46
292	Provisões para riscos e encargos	601 309,07	1 061 924,21	0,00	1 663 233,28
39	Provisões para depreciação de existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Provisões para investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00

8.20) - Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos:

Designação dos Bens		Valor Aquisição	Amortização Capital	Valor em Dívida
Agere	Contrato nº CP DCI (Contadores/Emissores)	1 648 800,00 €	1 648 800,00 €	0,00 €
	Contrato nº 200060 - 6 viaturas p/recolha	1 073 277,72 €	775 173,40 €	298 104,32 €
	Contrato nº 201040 (18-NL-02)	22 299,90 €	17 053,20 €	5 246,70 €
	Contrato nº 202403 (74-NS-29)	107 625,00 €	73 639,64 €	33 985,36 €
	Contrato nº 203238 (23-OC-05)	72 995,58 €	45 136,01 €	27 859,57 €
	Contrato nº 203303 (01-NO-82)	125 938,33 €	77 956,22 €	47 982,11 €
	Contrato nº 203469 (Enermeter - contadores e outros)	564 324,00 €	340 296,48 €	224 027,52 €
	Contrato nº 2057976 (35-LM-05)	191 572,50 €	191 572,50 €	0,00 €
	Contrato nº 2059413 (10 viaturas)	207 010,23 €	207 010,23 €	0,00 €
	Contrato nº 58 100 (49-LV-88)	45 799,05 €	45 799,05 €	0,00 €
	Contrato 30037144 (68-LV-30)	22 000,00 €	22 000,00 €	0,00 €
	Contrato 30037142 (68-LV-32)	22 000,00 €	22 000,00 €	0,00 €
	Contrato 30037141 (05-MC-15)	26 937,00 €	26 937,00 €	0,00 €
	Contrato nº 038.44.000080-0 (82-ND-74)	22 140,00 €	18 510,20 €	3 629,80 €
	Contrato nº 639/03/2014 (contadores)	564 324,00 €	304 932,58 €	259 391,42 €
	Contrato nº 540-0746299 (56-OL-09)	168 530,10 €	90 852,82 €	77 677,28 €
	Contrato nº 540-0746334 (56-OL-11)	127 853,99 €	68 924,69 €	58 929,30 €
	Contrato nº 540-0746335 (04-OM-71)	240 792,59 €	129 808,63 €	110 983,96 €
	Contrato nº 540-0746336 (61-OL-25)	79 500,00 €	42 857,62 €	36 642,38 €
	Contrato nº 540-0746337 (61-OL-27)	44 649,98 €	24 070,27 €	20 579,71 €
	Contrato nº 540-0746338 (61-OL-26)	46 650,00 €	25 148,55 €	21 501,45 €
Bragaha bit Theatro Circo	Equipamento de Som	525 547,40 €	525 547,40 €	0,00 €
	Contrato nº 10084598-Computadores	12 114,95 €	4 848,47 €	7 266,48 €

TUB	Contrato nº10084599-Servidor HP Proliant	7 859,50 €	3 139,85 €	4 719,65 €
	Autocarros contrato nº 173124 (93-EO-56;57;58;59)	550 851,40 €	492 992,98 €	57 858,42 €
	Autocarros contrato nº 173962 (93-EO-60)	137 712,85 €	123 192,83 €	14 520,02 €
	Autocarros contrato nº 2045376;7;8;9;80(08-FT-99; 09-FT-00;01;02;03)	688 583,15 €	561 192,00 €	127 391,15 €
	Total	7 347 689,22 €	5 909 392,62 €	1 438 296,60 €

8.21) - Valor global das dívidas que se encontram tituladas por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas:

Não aplicável.